

Os grupos escolares no contexto da política educacional mato-grossense: o grupo escolar Joaquim Murтинho, em Campo Grande, sul do Estado (1910-1950)

Group schools in the context of the Mato Grosso educational policy: the Joaquim Murтинho school group in Campo Grande, south of the state of Mato Grosso [1910-1950]

Regina Tereza Cestari de Oliveira

Doutora em Educação pela UNICAMP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). reginacestari@ucdb.br

Arlene da Silva Gonçalves

Mestre em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco. Professora da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul. gonalvesarlene@yahoo.com.br

Este artigo¹ tem como objetivo analisar o processo de instauração dos grupos escolares, no âmbito da política educacional mato-grossense e verificar como esta política se concretiza na organização didático-pedagógica, de modo específico no Grupo Escolar Joaquim Murтинho, localizado na cidade de Campo Grande (hoje, capital de Mato Grosso do Sul)², sul do estado de Mato Grosso, nas décadas de 1910 a 1950.

O estudo, que tem início na Primeira República (1889-1930), baseia-se em fontes documentais constituídas pelas legislações, mensagens presidenciais, relatórios de inspetores e diretores, assim como livros de atas e de portarias do referido grupo escolar.

¹ A versão inicial deste artigo foi publicada, em DVD Rom, nos Anais do VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Infância, Juventude e Relações de Gênero na História da Educação, realizado em São Luís do Maranhão, no período de 22 a 25 de agosto de 2010.

² O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado, pela divisão do estado de Mato Grosso, no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), pela Lei Complementar n° 31, de 11 de outubro de 1977, sendo instalado em primeiro de janeiro de 1979. Situa-se na região Centro-Oeste, possui 78 municípios e conta com uma população, estimada, em 2007, de 2. 265. 274 habitantes (Disponível em www.ibge.br. Acesso em jul. 2008).

A Educação na Primeira República

A implantação da República em 1889 e, em seguida, a Constituição de 1891, conferiu ao Brasil um regime republicano e federalista, no qual prevaleceu o interesse dos grupos dominantes dos estados mais desenvolvidos, isto é, das oligarquias cafeeiras de São Paulo, Minas Gerais e do Rio de Janeiro, embora fossem apregoadas tendências liberais e democráticas (NAGLE, 2001).

Como analisa Xavier (1990, p.62),

A partir do regime republicano, num período em que avançavam significativamente as relações capitalistas no país, novos fatores contribuíram para que as preocupações educacionais se intensificassem e, desta vez, produzissem eco no seio da sociedade. Antes de tudo foi resultado da importância decisiva que o já tradicional discurso liberal voltou a assumir, tanto nos movimentos de tendência popular liderados pelas classes médias, como na própria oposição da oligarquia cafeeira que empreendia a mudança do regime em benefício próprio. A pregação liberal impulsionou e avalizou um rearranjo político encetado em favor da fração hegemônica da classe dominante e das elites que a representavam, mas teve como conseqüência imediata o ressurgimento das propostas de adequação do sistema educacional à nova ordem 'democrática' que se implantava e às perspectivas inéditas de progresso que parecia criar [...].

Nesse período inseriram-se novos padrões de pensamento que foram difundidos progressivamente, tendo como conseqüência o surgimento de novas aspirações educacionais. Assim o apelo à educação tornou-se mais intenso e com ele as iniciativas em torno das reformas e da difusão do ensino.

Sendo assim, a educação passou a ser considerada instrumento essencial na preparação do cidadão republicano para o trabalho e para a prática política e, também, emergiu a crença de que só pela educação popular as dificuldades econômico-financeiras seriam superadas. Em outros termos,

[...] firma-se o princípio de que a educação popular 'é a pedra angular sobre que repousa a estrutura toda da organização social', ou melhor, chega-se, por essa via, à conclusão de que a estrutura política, econômica e social da Nação apresenta-se instável porque sobre ela pesa a grande massa de analfabetos, que lhes ameaça as bases (NAGLE, 2001, p.149).

O movimento de transformação da sociedade fomentou mudanças na própria natureza da escola primária e o Estado de São Paulo, por deter a hegemonia econômica e por ser o principal exportador de café, assim como a hegemonia

política, por ter o controle do aparelho do Estado, foi o primeiro a iniciar o processo de implantação e organização da instrução pública, por meio de uma reforma ampla da instrução herdada do período colonial (SAVIANI, 2004, p. 23).

A reforma implementada entre 1890 e 1896 no Estado de São Paulo foi pioneira na organização do ensino primário na forma de grupos escolares, criados pela Lei nº 169, de 7 de agosto 1893 e pelo Decreto nº 248, de 26 de julho de 1894 (SOUZA, 1998, p.45), tornando-se referência para outros estados da federação, como pioneira na organização dessa forma de ensino primário, sendo considerado um marco na modernização educacional paulista. Conforme Souza (1998, p. 45),

Foram criados os grupos escolares, por via de um artifício legal segundo o qual, havendo mais de uma escola no raio de obrigatoriedade escolar, o governo poderia autorizá-las a funcionar em um só prédio. A denominação grupo escolar foi preterida a 'escolas centrais' ratificando o sentido mesmo da reunião de escolas, e aparece um ano depois no regulamento da instrução pública. De acordo com esse regulamento, nos lugares em que, em virtude de densidade da população, houvesse mais de uma escola no raio fixado para a obrigatoriedade escolar, o Conselho Superior poderia fazê-las funcionar em um só prédio para esse fim construído ou adaptado. Tais escolas teriam a designação de Grupo Escolar com a sua respectiva designação numérica em cada localidade. Poderiam também receber denominações especiais em homenagem aos cidadãos que concorressem com donativos para a reunião de escolas.

Esse modelo de escola primária, implantado pelos republicanos no estado de São Paulo, no final do século XIX ampliou-se para outros estados da federação, Rio de Janeiro (1897), Maranhão e Paraná (1903), Minas Gerais (1906), Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina (1908), Mato Grosso (1910), Paraíba (1911), Santa Catarina (1911), Sergipe (1916), Goiás (1918), Piauí (1922) (VIDAL, 2006, p. 7).

A Implantação dos Grupos Escolares em Mato Grosso

No caso do estado de Mato Grosso, apesar de estar fora do círculo capitalista de modernização econômica, os governantes buscaram inserir-se no projeto nacional desencadeando a modernização das cidades, sua urbanização, oferecendo a infra-estrutura necessária, como a implantação de serviços de encanamento de água, melhoria da iluminação, construção de estradas, ferrovias, pontes, entre outros, visando propiciar o desenvolvimento do Estado (OLIVEIRA; RODRÍGUEZ, 2009, p.100).

Ao assumir o governo, o Presidente Pedro Celestino Corrêa da Costa (12/10/1908 a 15/08/1911), apresentou um programa governamental com o objetivo de industrializar o estado e vinculou o alcance desse objetivo à necessidade de investir na reorganização da instrução primária e na formação de professores (REIS; SÁ, 2006).

Em mensagem à Assembléia Legislativa ao instalar-se a 2ª sessão, em 13 de maio de 1910, o presidente referiu-se ao relatório do professor José Estevão Corrêa, Diretor da Instrução Pública, nos seguintes termos:

Chamo a vossa atenção para o bem elaborado relatório do director da instrução, onde elle expõe a necessidade de novos moldes de ensino, de sua melhor fiscalização e de novo regulamento em substituição do actual, já que é antiquado (MATO GROSSO, Mensagem, 1910b).

Desse modo, em 4 de julho de 1910, autorizou pela Lei nº. 533, a reorganização da Instrução Pública Primária no estado. No mesmo ano o Decreto n. 265, de 22 de outubro de 1910, expediu o Regulamento para a Instrução Primária de Mato Grosso, a ser observado a partir de 1911 (MARCÍLIO, 1963).

O Presidente do estado afirmava que o modelo de instrução primária adotado seguiu o modelo do estado de São Paulo:

Em execução as leis ns. 508 e 533, de 1908 e 1910, dei começo à reorganização do ensino official no Estado. A instrução primária foi moldada pelos methodos seguidos em S. Paulo, que incontestavelmente, no nosso paiz, occupa a vanguarda na formação intelectual e na educação cívica da infância e da mocidade. Alli foram postos em pratica os processos pedagogicos preferidos nos paizes mais adiantados da Europa, e nos Estados-Unidos da América do Norte. (MATO GROSSO, Mensagem, 1911).

O Regulamento de 1910 estabeleceu em seu Art. 1º que o ensino primário no estado de Mato Grosso deveria ser leigo, gratuito, ministrado à custa dos cofres estaduais, a todos os indivíduos, de ambos os sexos, sem distinção de classes nem de origem; definiu que as escolas se dividiriam em dois graus e que seriam criadas em todas as cidades, vilas e povoados do estado que tivessem 25 meninos nas condições para frequentá-las (Art. 2º) determinou a obrigatoriedade do ensino para crianças de sete aos dez anos de idade (Art. 5º); (MATO GROSSO, Regulamento, 1910a).

Ainda, segundo o Regulamento da Instrução Pública Primária de 1910, em seu art. 10º, as escolas primárias se dividiriam em escolas para o sexo feminino, regidas de preferência por professoras e escolas para o sexo masculino, regidas de preferência por professores, podendo também haver nas pequenas freguesias e povoações, escolas mistas, regidas de preferência, por professoras.

Na análise de Jacomeli (1998, p. 131-132), no Regulamento de 1910 estavam presentes os princípios da escola pública, como a gratuidade, a obrigatoriedade, a liberdade de ensino, a co-educação (embora com restrições), enquanto o princípio da laicidade estava ausente.

No que se refere à forma de ministrar o ensino o Regulamento estabelecia, em seu artigo 12º que nas escolas primárias o ensino seria:

[...] tão intuitivo e prático quanto possível, devendo nele o professor partir sempre em suas preleções do conhecido para o desconhecido e do concreto para o abstrato, abstendo-se, outrossim, de perturbar a inteligência da criança com o estudo do prematuro de regras e definições, mas antes, esforçando-se para que os seus alunos, sem se fatigarem tomem interesse pelos assuntos de que houver de tratar em cada lição (MATO GROSSO, Regulamento, 1910a).

Assim, o Regulamento afirmava a importância da utilização do método de ensino intuitivo, ou seja, “conjunto de procedimentos metódicos destinados a orientar a prática pedagógica de professores da escola elementar’ (VALDEMARIN, 2004, p. 173). Esse método divulgado no Brasil nas décadas finais do século XIX de diferentes formas (VALDEMARIN, 2004, p. 176) manteve-se como referência durante a Primeira República (SAVIANI, 2007, p. 140. Pode-se dizer que com a adoção do método de ensino intuitivo,

[...] pretende-se educar a criança a partir de novos padrões intelectuais, que têm sua origem numa nova concepção sobre o conhecimento, que postula a origem das idéias nos sentidos humanos e que, aplicada ao ensino, pretende formar indivíduos que usem menos a memória e mais a razão e que valorizem a observação e o julgamento próprios como meios de construção do conhecimento e da implementação das atividades produtivas (VALEDEMARIN, 1998, p. 80).

O Regulamento de 1910 instituiu o grupo escolar pela reunião de seis escolas em um só local no perímetro fixado para obrigatoriedade de ensino, este seria dividido em oito classes, quatro para a seção masculina e quatro para a seção feminina (art. 42); cada classe poderia conter no máximo 45 e no mínimo 16 alunos (Art. 43). Embora funcionasse sob uma única direção, cada grupo

escolar, teria divisão completa de sexos (Art.39); e as escolas absorvidas pelos grupos escolares seriam eliminadas do quadro geral das escolas, passando seus professores a ser considerados auxiliares do Diretor do Grupo (Art.40). Assim constituídos, ficariam imediatamente subordinados à autoridade do Diretor Geral da Instrução Pública e dos Inspetores escolares, e imediatamente à do Governo do Estado (Art. 51)

O novo modelo de escola primária, que reunia em um mesmo prédio alunos, professores e outros funcionários, como porteiro e servente, sob a administração de um diretor, era considerado um projeto inovador para a época, na medida em que representava “[...] a materialização do ideal de renovação pedagógica, defendido por intelectuais e administradores do ensino público mato-grossense e entendido como condição para a modernização da escola pública, responsável pela formação do cidadão republicano” (REIS; SÀ, 2006, p. 39).

Na década de 1920, precisamente no ano de 1926 assumiu a Presidência do estado o Dr. Mário Corrêa da Costa (1926-1930). Em mensagem enviada à Assembleia Legislativa ressaltou a necessidade de reformular a legislação referente ao ensino primário e à Escola Normal e nomeou uma comissão para apresentar um projeto de reforma dos regulamentos (MATO GROSSO 1927b). Em decorrência, foi expedido um novo Regulamento da Instrução Pública, que obedeceu ao Decreto n. 759, de 22 de abril. Por esse Regulamento ficou estipulado em seu Art. 1º, que o ensino no estado dividir-se-ia em: a- Primário; b- Secundário. Estabelecia ainda esse Regulamento que o ensino seria ministrado em estabelecimentos públicos e em estabelecimentos particulares, sujeitos esses a fiscalização (Art. 2º). (MATO GROSSO, Regulamento, 1927a).

Além disso, o Regulamento classificou as escolas em categorias, assim definidas: escolas isoladas rurais, localizadas a mais de três km da sede do município; escolas isoladas urbanas, localizadas até três km da sede do município; escolas isoladas noturnas, destinadas aos meninos maiores de 12 anos que não pudessem freqüentar cursos diurnos; escolas reunidas, funcionando num raio de dois Km, três ou mais escolas isoladas, com uma freqüência total de 80 alunos, reunidas num só estabelecimento com o máximo de sete classes e o mínimo de três (Art. 4º).

Quanto aos grupos escolares, a exigência passou a ser de que fossem criados com pelo menos 250 crianças em idade escolar, num raio de dois quilômetros, e com, pelo menos, oito classes (Art. 34); as classes deveriam ser preenchidas

por professores que contassem com um ano de exercício efetivo em escola urbana, dois anos em escola rural, e por professores normalistas com três anos de exercício interino (Art. 58); cada classe não poderia exceder a 45 alunos. Estabeleceu o funcionamento anexo a cada Escola Normal, de um grupo escolar modelo destinado à observação e prática pedagógica dos normalistas e ao ensaio e divulgação dos novos métodos de ensino (Art. 35). (MATO GROSSO, Regulamento, 1927a);

No seu trabalho educativo, portanto, os professores deveriam observar, conforme o Art. 91, as seguintes normas: passariam sempre, no ensino de qualquer disciplina, do concreto para o abstrato, do simples para o composto e o complexo, do imediato para o mediato, do conhecido para o desconhecido; fazendo assim, o mais largo emprego da intuição; conduziriam a classe às regras e às leis pelo caminho da indução; conservando de vista a finalidade educativa, procurando o melhor caminho para alcançá-la; empregando no ensino da leitura, o método analítico; estudariam seus alunos para conduzi-los de acordo com a capacidade de cada um, promovendo pela instrução, o desenvolvimento harmonioso de todas as faculdades infantis; transformariam seus alunos em colaboradores; tornando suas lições interessantes; educariam pela palavra e pelo exemplo; evitando a rotina e acompanhando de parte as lições, a experiência didática e da ciência pedagógica (MATO GROSSO, Regulamento, 1927a).

Como se verifica o método intuitivo continuou sendo recomendado pela legislação de 1927. Entre as inovações relacionadas a este método, utilizando, mais uma vez, as palavras de Valdemarin (2004) destaca-se

[...] a proposição que a escola deva ensinar coisas vinculadas à vida, aos objetos e fatos presentes no cotidiano dos estudantes, introduzindo assim os objetos didáticos como elementos imprescindíveis à formação das idéias. O conhecimento que foi introduzido na escola por ser o símbolo material do domínio e da transformação da natureza, e são utilizados para educar as gerações mais novas [...] Mas, acima disso, traz consigo a possibilidade de uniformizar raciocínios, modos de pensar, cristalizando uma forma de apropriação das exteriores num processo que é dirigido pelo professor, o representante naquela situação do legado das gerações precedentes, inclusive com seus valores e seus preconceitos (VALDEMARIN, 2004, p. 175-176).

O governo contratou professores normalistas que em outubro de 1910 chegaram ao estado, com o objetivo de aplicar os preceitos do novo Regulamento. Os professores Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann,

formados pela Escola Normal Caetano de Campos assumiram, imediatamente, a Reforma Educacional do Ensino Primário, começando com a criação da Escola Normal e de dois grupos escolares na capital (REIS; SÁ, 2006, p. 43).

A partir da Reforma de 1910, portanto, os grupos escolares foram implantados nas cidades com maior número populacional e de maior desenvolvimento econômico³, como é o caso de Campo Grande, localizada no sul do estado.

O Grupo Escolar de Campo Grande

Cabe assinalar, inicialmente, que a cidade de Campo Grande foi fundada à beira dos Córregos Prosa e Segredo, por José Antonio Pereira, em 1872, pois foi ele quem marcou o local e, depois, organizou o povoado. Até o início do século XX, era uma vila modesta e diferente de outras que nasceram em função da exploração do ouro, ou para guarnecer fronteiras, sua fundação atendeu aos pioneiros, que aqui se instalaram, formando fazendas para a compra, venda, e criação de gado (BITTAR, 2004).

A pecuária propiciou o seu primeiro núcleo de atividade comercial e, com a demora dos boiadeiros e suas comitivas na vila, surgiram as pensões, armazéns, bares, cabarés e casas de jogo. As transações com o gado, ao atrair atividades a elas ligadas, começaram a gerar a fama de que na vilazinha promissora corriam juntos o boi e o dinheiro. Essas notícias atraíam também novas caravanas, novos moradores, chamados de 'mudanceiros', alterando o perfil e a composição social do núcleo inicial do povoado (BITTAR, 2004, p. 5-6).

O povoado elevado à categoria de município em 26 de agosto de 1899 desenvolveu-se rapidamente, devido, principalmente, à instalação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em 1914, quando já contava com cerca de 1.800 habitantes, e aumentou o fluxo migratório de estrangeiros e brasileiros, transformando-se no maior centro comercial da região (BRASIL, 1958, p.117). Além da rede ferroviária, outros fatores favoreceram o crescimento de Campo Grande como

[...] a amenidade do clima e fertilidade do solo; sua localização nos campos da Vacaria, propícios ao apascentamento dos rebanhos bovinos e à faina agrícola; além de sua privilegiada posição geográfica no centro da

³ Até 1930, dos 11 grupos escolares, dois estavam na capital e um em cada um dos seguintes municípios: Rosário Oeste, Poconé, Cáceres, Corumbá, Aquidauana, Miranda, Campo Grande, Três Lagoas e Ponta Porã, sendo que se matricularam em 1.929, 3.391 alunos. Os mais freqüentados foram os de Cuiabá, Campo Grande e Corumbá, com 1.423, 480 e 304 alunos (MATO GROSSO, 1930).

região sul do estado, bem como as levas migratórias nacionais (paulistas, mineiros, gaúchos) e estrangeiras (paraguaios, árabes, japoneses, portugueses, italianos). O certo é que de todas as cidades beneficiadas pela ferrovia no trecho mato-grossense, avultou Campo Grande (BITTAR, 2009, p. 193).

O acelerado crescimento de sua economia em razão da circulação de mercadorias trazidas pelo trem, no início de 1920, já havia em Campo Grande, 3.367 habitantes (ARRUDA, 2008, p.3). No final dessa década, a população chegou a 21.360 habitantes, o que mostrava a sua acelerada dinâmica populacional. “Por essa mesma época ela substituiu a luz dos ‘30 lampeões oferecidos pelo comércio’, que ficavam colocados nas esquinas. Veio, então, a luz elétrica sendo a segunda localidade mato-grossense a dispor desse serviço” (BITTAR, 2004, p.10). Ao lado do crescimento de sua população aumentava a demanda por educação e a necessidade de construção de escolas públicas, para atendê-la.

Nesse contexto, em junho de 1922 foi inaugurado o primeiro Grupo Escolar de Campo Grande, após ter sido autorizado pela Resolução n. 866, de 3 de junho do mesmo, sendo o sétimo de uma lista de onze estabelecimentos criados em Mato Grosso no período de 1910-1927, a partir das reformas da instrução pública empreendidas na gestão de Pedro Celestino Corrêa da Costa (MATO GROSSO, 1978).

O Grupo Escolar de Campo Grande teve o seu nome alterado no ano de 1924 para “Joaquim Murtinho”, por meio do Decreto n. 669, de 5 de junho do mesmo ano, em homenagem ao professor Joaquim Duarte Murtinho⁴, durante o segundo governo do Presidente Pedro Celestino Corrêa da Costa (1922-1926).

Funcionou inicialmente em casa alugada no “prédio n. 4 da Avenida Affonso Pena, de propriedade do Cel. José Alves Quito, e alugada pela câmara municipal”, conforme descrevia o diretor Bartolomeu Lopes dos Santos em seu relatório ao Diretor Geral da Instrução Pública no ano de 1923, destacando ainda, que o prédio não estava adaptado para o funcionamento de um grupo escolar (MATO GROSSO, Relatório, 1923).

⁴ Joaquim Duarte Murtinho (1848-1911) nasceu em Cuiabá, estudou Medicina no Rio de Janeiro, dedicando-se ao tratamento homeopático e alcançando renome internacional. Foi também professor, ingressando na política como senador por Mato Grosso, em 1891. Posteriormente ocupou cargos públicos- Pasta de Indústria em 1897 e a Pasta da Fazenda, de 1898 a 1902 (MACHADO, 2000, p.343).

Porém, na administração do prefeito Arnaldo Estevão de Figueiredo (1924-1926), foi construído seu prédio, “projetado por Camillo Boni e edificado por José Luiz Louzinha na av. Afonso Pena” (ARRUDA, 1999, p.5), tendo sido inaugurado em 18 de julho de 1926. Situado numa área central de Campo Grande, se destacava em meio às casas do centro da cidade, por sua arquitetura. Ainda segundo Arruda (2008, p. 3-4):

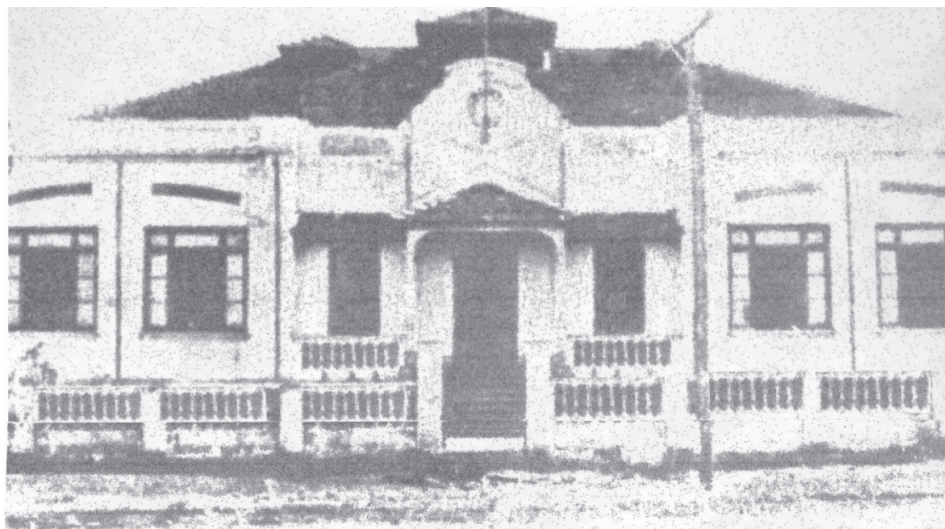
A arquitetura educacional vem, desde o início do século XX experimentando constantes modificações no Brasil. Em algumas cidades mais antigas, os edifícios públicos escolares estavam presentes no contexto urbano, ocupando sempre espaços centrais, privilegiados, ao lado da praça principal, dotados de uma arquitetura imponente, resultado do padrão social da classe dirigente.

No caso de Campo Grande,

a história dos edifícios escolares foge um pouco dessa regra nacional, tendo em vista que a ocupação do solo da cidade não se deu de forma organizada, planejada, mas espontânea, correspondendo sempre uma obra a um determinado grau de desenvolvimento.

O referido Grupo Escolar, apesar de ter como base o modelo dos grupos escolares da capital, diferenciava-se destes, primeiro pela composição de sua fachada e, segundo, por não apresentar a mesma suntuosidade do Palácio da Instrução de Cuiabá (REIS; SÁ, 2006, p.78) e nem o requinte de ‘inspiração neoclássica francesa’ do Grupo Escolar Luis de Albuquerque de Corumbá, instalado em 10 de março de 1924 (SENA; BRITO, 2007, p. 99). Porém, sua presença dizia da importância de seu papel para o ensino público campo-grandense.

PRÉDIO OFICIAL DO GRUPO ESCOLAR JOAQUIM MURTINHO



Fonte: ARRUDA, Ângelo Vieira. 2008.

A organização didático-pedagógica no Grupo Escolar Joaquim Murtinho

Para verificar a organização didático-pedagógica do Grupo Escolar Joaquim Murtinho definiu-se os seguintes eixos de análise: relação educativa (professores e alunos); recursos didáticos e práticas pedagógicas; e espaço físico. Esses eixos levam em consideração os estudos de Alves (2005, p. 10), ao definir a categoria organização do trabalho didático. Segundo o autor:

[...] a organização do trabalho didático é uma categoria subordinada, desde o momento em que é produzida no campo da educação. Mas sua importância é inquestionável para o estudo histórico das relações educativas. A organização do trabalho didático constitui-se, conceitualmente, nos limites de outras categorias mais centrais, tais como trabalho e organização técnica do trabalho, e as implica. Daí, também, a sua riqueza, pois, ao embutir categorias centrais importantes para a revelação das relações sociais, permite que a discussão da educação e da escola desvele as características mais profundas que as permeiam.

O autor acentua que qualquer forma histórica de organização do trabalho didático deve envolver sistematicamente três aspectos:

- a) ela é, sempre, uma relação educativa que coloca, frente a frente, uma forma histórica de educador, de um lado, e uma forma histórica de educando(s), de outro;
- b) realiza-se com a mediação de recursos didáticos, envolvendo os procedimentos técnico-pedagógicos do educador, as tecnologias educacionais pertinentes e os conteúdos programados para servir ao processo de transmissão do conhecimento,
- c) e implica um espaço físico com características peculiares, onde ocorre. (ALVES, 2005, p. 11).

Um primeiro aspecto a considerar na relação educativa refere-se à organização interna, sob a vigência do Regulamento de 1910. No ano de 1923, conforme relatório do diretor Bartholomeu Lopes dos Santos, funcionavam os quatro primeiros anos do ensino primário com dez classes, sendo classificados de 1º ano A, 1º ano B, 2º, 3º e 4º, com cinco turmas femininas e cinco turmas masculinas. As turmas masculinas eram regidas por professores, enquanto as femininas, por professoras, embora elas pudessem também ministrar aulas em turmas mistas.

Os dados mostram que a implantação do mesmo número de classes para meninas e meninos, atendia ao princípio da igualdade da educação entre os sexos, princípio este assinalado na obrigatoriedade do ensino, instituído na

Reforma de 1910. No entanto, apesar da coexistência de meninas e meninos no mesmo Grupo, as classes funcionavam com completa divisão de sexo, indicando assim, que no Grupo Escolar Joaquim Murtinho não havia o atendimento ao princípio da co-educação, já que os alunos de ambos os sexos não freqüentavam as mesmas classes e nem participavam das mesmas atividades. A co-educação “[...] implicava uma concepção pedagógica e social concernente à conveniência conjunta dos dois sexos (SOUZA, 1998, p. 46).

Nesse ano, foram matriculados no referido grupo, 411 alunos, sendo 200 do sexo masculino e 211 pertencentes ao sexo feminino, com maior número de matrículas nos dois primeiros anos.

Tabela 1 – Alunos Matriculados no Grupo Escolar Joaquim Murtinho - 1923

TURMA	GENERO	MAS.	FEM.	TOTAL
	1º Anno A		87	80
1º Anno B		31	43	74
2º Anno		44.	45	89
3º Anno		25	27	52
4º Anno		13	16	29
TOTAL		200	211	411

Fonte: MATO GROSSO, Relatório, G.E. de Campo Grande, 1923.

Nesse mesmo ano foram eliminados 122 alunos, dos quais, 64 pertenciam ao sexo masculino e 58 ao sexo feminino.

Tabela 2: Número de Alunos no Grupo Escolar Joaquim Murtinho - Final de 1923

TURMA	GENERO	MAS		FEM.		TOTAL	
		ELIM.	PERM	ELIM.	PERM	ELIM.	PERM
1º Anno A		32	55	25	55	57	110
1º Anno B		11	20	6	37	17	57
2º Anno		11	33	12	33	23	66
3º Anno		8	17	11	16	19	33
4º Anno		2	11	4	12	6	23
TOTAL		64	136	58	153	122	289

Fonte: MATO GROSSO, Relatório, G.E. de Campo Grande, 1923.

Assim, no final do ano letivo constavam 289 alunos, sendo que desse total, 136 eram do sexo masculino e 153 do sexo feminino. Desse modo, verifica-se maior participação feminina no ano de 1923 no interior desse grupo escolar.

Dos 411 alunos matriculados, 96 pertenciam a famílias de diferentes nacionalidades, o que vem reforçar a expressiva participação dos imigrantes na urbanização e no desenvolvimento da cidade, nesse período, conforme tabela abaixo:

Tabela 3 - Nacionalidade dos Pais dos Alunos Matriculados no Grupo Escolar Joaquim Murtinho - 1923

Grupo Escola Joaquim Murtinho	
Nacionalidade	N. de Alunos
Brasileiros	315
Sírios	48
Italianos	18
Paraguaios	10
Alemães	7
Portugueses	1
Espanhóis	1
Armênios	2
Argentinos	2
Uruguaios	2
Bolivianos	1
Total	411

Fonte: MATO GROSSO, Relatório do G.E de Campo Grande, 1923.

Em relação ao corpo discente, o relatório do diretor Bartholomeu Lopes dos Santos, no ano de 1923, novamente, descreve que os alunos que freqüentavam esse grupo escolar pertenciam a famílias que, pelo menos, possuíam lotes de terra e casas próprias e desconheciam a miséria. Diante disso, enfatizava ser desnecessária a instituição da caixa-escolar.

Instictuida a 17 de março, a caixa escolar pouco auxilio tem recebido, sendo diminuto o numero de peças que espontaneamente concorrem para a sua manutenção.

Isto já eu o prévia no relatório de 1922 [...]. É um tanto exacto não haver em Campo Grande creanças pobres, no sentido lato da palavra. Na sua maior parte, possuem as famílias o seu lote de terra e a sua casa, existindo trabalho compensador para quem quer que seja. A miséria propriamente dita é desconhecida. Creio,

portanto, desnecessária a fundação de caixa escolar, se olharmos tão somente para a margem da indigencia infantil (MATO GROSSO, Relatório, 1923).

Segundo informações de mensagem presidencial, no ano de 1927 o número de matrículas do sexo masculino superou o do sexo feminino, para um total de 276 alunos matriculados, 148 eram do sexo masculino e 128 do sexo feminino (MATO GROSSO, Mensagem, 1927b).

Como se vê, o número de alunos do sexo masculino matriculados no Grupo Escolar permaneceu ligeiramente superior ao número de meninas. “Todavia foram os Grupos Escolares, os estabelecimentos que propiciaram, efetivamente, o maior acesso das meninas à escola ao estabelecer igual número de salas para ambas as seções” (SOUZA, 1998, p. 47).

Entre 1922 e 1945 foram seus primeiros diretores, o paulista Bartolomeu Lopes dos Santos, que passou a direção a Evaldo Coelho, também paulista, que exerceu o jornalismo na cidade. Este foi substituído pelo professor Estácio Correa Trindade, de conhecida família de Aquidauana que entregou a direção a Alirio Reveilleau, filho do general Alfredo Reveilleau (MACHADO, 2000, p. 343). Foram ainda seus diretores, o professor Lourival Azambuja, a professora Maria Constança de Barros Machado, e o professor Múcio Teixeira.

No que se refere ao corpo docente, verifica-se que sua maior parte era do sexo feminino, oriunda da cidade de Cuiabá, assim como a maioria era contratada. No ano de 1927, havia no Joaquim Murinho de um total de dez professores, três leigos, dois concursados e cinco normalistas (POUBEL E SILVA, 2006, p. 116).

O depoimento da professora no Grupo Escolar, no período compreendido entre 1938 e 1947, Ayd Camargo César, revela a indicação política na contratação dos docentes.

Formei-me em 1934, mas só consegui ser nomeada em 1938 [...]. Só consegui ser nomeada para o Joaquim Murinho e infiltrar-me na turma das professoras Cuiabanas, porque era praticamente sobrinha do prefeito. Elas formavam um reduto privilegiado, protegido pela política do Norte (CÉSAR *apud*, ROSA, 1990, p.41).

Na mesma direção, outro depoimento a ser destacado é o da professora do Grupo, nos anos de 1948 e 1949, Adélia Leite Krawiec,

Em 1948, através de Ulisses Serra, que, desde Corumbá, era amigo de minha mãe, consegui ser nomeada para a Escola Modelo Joaquim Murinho, na

vaga da Profa Ercília Leite. Naquele tempo, a coisa mais difícil era a gente conseguir vaga numa escola do Governo, era preciso que alguém morresse ou se aposentasse. Assim mesmo, precisava-se de um bom pistolão, que intercedesse a nosso favor, como no meu caso, o Dr. Ulisses Serra, que era dono de cartório e muito respeitado entre os políticos (KRAWIEC, *apud*, ROSA, 1990, p.82).

Outro aspecto a considerar refere-se aos recursos didáticos, de modo específico, à aplicação do método de ensino. A legislação educacional do período (1910 e 1927) preconizava o uso do método intuitivo. Em seu relatório, no ano de 1923, o diretor do Grupo Escolar Joaquim Murtinho, Bartholomeu Lopes dos Santos assim declarava:

Nos seis meses do ano transacto [...], consegui uniformizar os methods de ensino, alcançando excellentes resultados. Os professores na sua maioria leigos esforçaram-se por estudar e seguir todas as determinações da Directoria. No decorrer do presente ano, porém, constatei que ainda permanecia uma disparidade incrível nos methods empregados e que os processos de ensino eram com poucas excepções os mesmos de que se serviram as velhas escolas. [...] Outro grande defeito consiste em sobrecarregar o aluno de todo o trabalho, dando-lhe dictados de pontos concernentes às diversas matérias do programa. Neste caso, como repete sobejar vezes as sras. Professoras, seria mais conveniente que ellas deixem a um aluno intelligente e cuidadoso, que haja estudado a lição, o encargo de encaminhar os outros, e se assentassem elles entre os seus discípulos para aprender. A preocupação de forçar a lição na mente do alumno é trabalho reconhecidamente perdido, porquanto o aprender vem por pensar e não por ouvir dizer, donde se segue que a memória não pode guardar aquillo que não for pensado. Apesar, porém de todos os meus esforços, a disparidade de methods continuou, allegando os professores desconhecem outros processos de ensino (MATO GROSSO, Relatório, 1923).

Ainda, a respeito do método de ensino, o professor Franklin Cassiano da Silva, no relatório apresentado ao Secretário Geral do Estado, em 1931, afirmava que:

Por mais rápido que seja o exame que se faça entre a matricula, a freqüência e a promoção dos alumnos em as escolas do Sul do Estado, chega-se a conclusão de que o ensino não rende quanto devera [...]. A que attribuir essa desproporção senão a falta de methodo no ensino? (MATO GROSSO, Relatório, 1931).

E acrescentava,

Por outro, lado, na maioria dos Grupos Escolares, o corpo docente é quase todo constituído de pessoas sem preparo tecnico, necessário,

dahi a confusão, a falta de orientação segura, que se note, geralmente referido estabelecimento (MATO GROSSO, Relatório, 1931).

Diante disso, o professor Franklin Cassiano da Silva sugeriu que fossem enviados alguns professores para São Paulo ou Minas, para freqüentar cursos de aperfeiçoamento e quando de seu retorno, ajudariam na reforma dos processos de ensino empregados pelos professores do sul do estado (MATO GROSSO, Relatório, 1931).

Percebe-se que as críticas acima mencionadas em relação à aplicação do método de ensino, devem-se, entre outros, ao fato de que a introdução do método intuitivo, exigia que os docentes fossem preparados para apresentar os conteúdos a seus alunos, sempre partindo do particular, utilizando os órgãos dos sentidos. Entre as inovações vinculadas ao método de ensino intuitivo, Valdemarin (2004, p. 171) enfatiza “[...] a proposição que a escola deva ensinar coisas vinculadas à vida, aos objetos e fatos presentes no cotidiano dos estudantes, introduzindo assim os objetos didáticos como elementos imprescindíveis à formação das idéias”.

Assim, o material didático constituía outra condição necessária para a aplicação do método intuitivo. Como assinalam Sena; Brito (2007, p. 105):

[...] se o método intuitivo foi adotado no que diz respeito à incorporação de novos materiais no trabalho didático, e que permitiram dar maior concreticidade a ele, isso não se configurou como uma mudança no papel do professor, que continua a ter como sua principal tarefa a transmissão do conhecimento, um dos marcos da organização do trabalho didático na escola moderna [...].

Em 1923 o diretor do Grupo registrava, também, em seu relatório, a falta de materiais didáticos diversos, como mapas, globos, carteiras, giz, entre outros.

A quantidade de material escolar que o estabelecimento possui é ainda assaz escasso.

Requisitada pela Secretária do Interior, Justiça e Fazenda, remetti a 6 de abril, uma lista completa do material indispensável ao regular funcionamento desta casa de ensino, porém, até à presente data, o estabelecimento não recebeu um único objecto da mencionada lista.

È urgente providencias sobre a aquisição

- a)- de carteiras n. 3, para uso dos escolares de 7 a 9 annos;
- b)- de mappas mensaes de geographia, modernos, e especialmente do Estado;
- c)- de mesas e armários, para a installação do archivo, e,
- d)- de melhores moveis e utensílios necessários à Directoria (MATO GROSSO, Relatório, 1923).

No mesmo relatório, constata-se que os materiais existentes para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas, além de pouco diversificados, eram numericamente insuficientes para a aplicação do método de ensino intuitivo, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Relação do Material Pedagógico no Grupo Escolar Joaquim Murtinho

ANO	MATERIAL	QUANTIDADE / CONSERVAÇÃO		
		BOM	REGULAR	RUIM
1923	Cabides de 3 hastos	15		
	Canetas	4		
	Canetas de Parker	1		1
	Cavalletes para cartas	4	1	
	Compassos	2		
	Envelope para Officio	102		
	Envelope para Correspondência	60		
	Globo Terrestre		1	
	Lápis para Lousa	127		
	Lousas	10		
	Mappas do Brasil			4
	Quadros Negros	5		
	Réguas	1		
	Relógios de Parede	1		
	Taboadas Povas	81		
Tinteiros duplos	3	2		

Fonte: MATO GROSSO, Relatório do G. E de Campo Grande, 1923.

As dificuldades relacionadas ao uso do método intuitivo no Grupo Escolar Joaquim Murtinho, apontam para a análise de Valdemarin (1998, p. 102) ao afirmar,

A proposição do método de ensino intuitivo contribui para a criação de um modelo pedagógico a ser implantado no país, sendo ao final, balizado pelas condições reais de carência existente nas escolas: carência de material didático, carência de professores habilitados, carência de direcionamento político para a educação popular. Sua aplicação e difusão, no entanto, contribuem para demarcar a tentativa de pensar a prática educacional como uma atividade intencional e dirigida, balizada pelas condições existentes e pelo futuro a ser realizado.

Como forma de subsidiar a aprendizagem dos alunos foi adotado no Grupo Escolar Joaquim Murtinho o livro didático. Conforme inventário do ano de 1923 foram utilizados os seguintes livros: “Pequenos Trechos de O. de Mello; A, B, C Infantil; Meu Livro de Theodoro de Moraes; Nossa Pátria de Rocha Pombo e Cartilha Analytica do professor Oliveira Barreto” (MATO GROSSO, 1923). Ao que tudo indica os livros didáticos continuaram a ser utilizados nas décadas

seguintes. Em depoimento a professora do grupo, Adélia Leite Krawiec, afirma que: “O primeiro livro didático que passou em minhas mãos foi ‘Vamos Estudar’, de grande auxílio para o professor, contendo até vocabulário. Os livros de Débora Pádua, também nos ajudaram” (KRAWIEC, *apud*, ROSA, 1990, p.82).

Ainda quanto às práticas pedagógicas, como recorda Maria Constança de Barros Machado, professora designada para o Grupo Escolar em 1922, “Se um aluno se recusava a usar o uniforme, ou se comportava mal, o castigo eram as cópias”, (MACHADO, *apud*, SÁ ROSA, 1990, p. 65). Outro depoimento é da professora do Grupo Escolar no período de 1935 a 1952, Luiza Vidal Borges Daniel: “As aulas daquele tempo não eram muito diferentes das de hoje, com os professores explicando, a gente anotando tudo e depois organizando a matéria ao nosso modo” (DANIEL, *apud*, ROSA, 1990, p. 56).

Outro depoimento que acena para essas práticas é, novamente, o da professora Adélia Leite Krawiec,

O programa vinha de Cuiabá, o diretor passava-o para nós, que organizávamos nossos cadernos de resumo, elaborávamos os pontos para dar aos alunos. Só tínhamos livro didático para a leitura. Para as demais disciplinas tínhamos que fazer tudo, pois não contávamos com as facilidades de hoje, que trazem as perguntas e respostas, dão tudo mastigadinho aos alunos. Tínhamos que estudar, ler, resumir, e passar no quadro para os alunos. Os problemas eram primeiro resolvidos por nós em casa, depois apresentados aos alunos (KRAWIEC, *apud*, SÁ ROSA, 1990, p.82).

Como se pode verificar, conforme depoimentos das professoras do Grupo Escolar Joaquim Murтинho, prevaleciam às tradicionais práticas pedagógicas fundamentadas na memorização e na repetição.

Cabe destacar, ainda, os procedimentos disciplinares adotados no Grupo Escolar Joaquim Murтинho. A professora Maria Constança de Barros Machado, que assumiu o cargo de diretora do Grupo Escolar em 1938⁵, acentua,

Sempre fui muito exigente com a disciplina. Quando tocava a campainha, os alunos faziam fila, cantavam o Hino Nacional e dirigiam-se em silêncio para a sala de aula. Os professores que já estavam aguardando, iam-se encaminhando para suas salas e dentro em pouco toda a escola era

⁵ Maria Constança assinala, “[...] Primeiro comecei com vice-diretora, depois em 1938 cheguei a diretora pelo grau de confiança que o Governo depositava em meu trabalho” (MACHADO *apud* ROSA 1990, p.64).

envolvida pelo ritmo dos olhares, das palavras, que traduziam a emoção de ensinar e de aprender (MACHADO, *apud*, SÁ ROSA, 1990, p. 64).

As práticas disciplinares impostas aos alunos eram facilitadas pela própria estrutura do prédio da instituição escolar, que era arquitetado em forma de U.

[...] Naquele tempo, a disciplina era fundamental. A separação entre alunos e alunas era tão rígida que até o prédio era construído em forma de U, de modo a abrigar de um lado as classes do sexo masculino e do outro as do sexo feminino. O recreio dos meninos era de um lado, o das meninas de outro. O encontro entre os meninos e meninas dava-se apenas nas festas literárias e esportivas, que eram realizadas no salão nobre da escola. Só se admitiam classes mistas, quando havia número insuficiente de alunos para separá-los. E olhe que naquele tempo as classes tinham até 50 e 60 alunos. Quando havia uma classe mista, os meninos e as meninas eram muito vigiados, para que não se comunicassem entre si (MACHADO *apud* ROSA 1990, p.65-66).

Como se pode verificar, apesar da delimitação dos espaços, era permitido o uso simultâneo de algumas dependências para o convívio de meninas e meninos sem, no entanto se comunicarem. Havia, inclusive, durante os turnos do recreio professores designados semanalmente pela direção para controlar e fiscalizar os alunos, o que evidencia, novamente, o não atendimento ao princípio da co-educação no interior do grupo escolar.

Em relação às atividades pedagógicas, com a intenção de desenvolver nas crianças o amor a si próprias, à família, e à pátria, em suma, formar os cidadãos patriotas, desde os primeiros anos de funcionamento do grupo escolar, seus dirigentes buscavam comemorar as datas cívicas. A professora Luiza Borges Daniel em seu depoimento afirma: “Na escola daquele tempo não faltavam às representações teatrais e eu, como tocava piano, ensaiava os hinos que os alunos cantavam na entrada, e na saída das aulas”. E finaliza: “[...] O relacionamento da escola com a sociedade era sempre na base de festas de caráter cívico” (DANIEL, *apud*, ROSA, 1990, p.58).

Vale salientar, quanto ao número de alunos, que em 1929 em decorrência do crescimento da população em idade escolar, houve um aumento de mais de 70% no número de alunos matriculados no Grupo Escolar Joaquim Murtinho, conforme enfatiza a mensagem abaixo:

Mesmo assim, com a impossibilidade de prover suficientemente as coisas do ensino, a nossa população escolar foi notavelmente accrescida, sendo que, em alguns casos,

como aconteceu nos grupos escolares 'Antonio Correa' e 'Joaquim Murtinho', esse accrescimo foi de mais de 70 por cento (MATO GROSSO, Mensagem, 1929).

Em 1930, o Grupo Escolar Joaquim Murtinho, foi transformado em Escola Modelo, atendendo ao Regulamento da Escola Normal. A Escola Modelo anexa à Escola Normal fundamentava-se no entendimento de que os alunos poderiam empregar o aprendido na Escola Normal, observando os procedimentos dos professores na escola anexa, e que, portanto, destinava-se à prática pedagógica obrigatória dos alunos do 2º e 3º anos da Escola Normal. Em outras palavras, "À Escola Normal caberia o conhecimento científico e à Escola Modelo, a aplicação dos fundamentos adquiridos pela teoria, ou seja, colocar a teoria em prática" (REIS; SÀ, 2006, p. 46).

Nesse mesmo ano⁶, o Grupo encontrava-se em precário estado de conservação, que ia desde classes lotadas, falta de mobiliário e de material didático, conforme esclarece o professor Franklin Cassiano da Silva em seu relatório:

Possuía o Grupo Escolar 'Joaquim Murtinho', agora transformado em Escola Modelo, 77 carteiras para 414 alunos, freqüentes, o que já trazia sérios embaraços à Diretoria dos Estabelecimentos.

Mais se acentuou agora essa excasses de material com a criação da Escola Normal e Curso Complementar, pois não foi fornecido pelo governo, até esta data, novo material áquelle Estabelecimento.

Não possui ainda gabinetes de Physica e Chimica e Historia Natural, o que, aliás, não nos causa tanta admiração, pois a própria Escola Normal da capital se acha desprovida de gabinetes.

[...] O mobiliário existente no grupo é insuficiente. Há falta de carteiras, mesas e cathedras para professorese as que existem estão em mau estado de conservação.

È de necessidade adaptar-se esse estabelecimento de novos mobiliários de acordo com sua importância. Na situação em que se encontra, pois até os moveis modestos

⁶ Em 1930 passou a funcionar no mesmo prédio do Grupo Escolar Joaquim Murtinho, a Escola Normal tendo sido a primeira instituição sul-mato-grossense dessa natureza e a segunda do estado, antecedida somente pela Escola Normal "Pedro Celestino" de Cuiabá (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2009, p.106), e, em 1939, o Liceu Campo-Grandense. Nas palavras de Bittar e Ferreira Junior (1999, p. 178) "[...] em 1939, Maria Constança professora e diretora do Grupo Escolar Joaquim Murtinho, obteve autorização do interventor Júlio Muller para criar um ginásio estadual. Com isso, ela pretendia resolver os problemas de quem queria continuar os estudos após o primário, mas não podia pagar. Nasceu assim o Ginásio Estadual Campo-Grandense que, em 1952, passou a ser a primeira escola secundária pública de Campo Grande com o nome de Colégio Estadual, tal como ainda hoje é lembrada por muitos que lá estudaram. Seu nome atual homenageia a fundadora, Maria Constança Barros Machado."

do gabinete da Diretoria são de propriedade particular, fica o estabelecimento em posição humilhante diante dos collegios particulares, superiormente installados (MATO GROSSO, Relatório, 1931).

Ainda no que se refere ao espaço físico, local onde as atividades didático-pedagógicas ocorrem, no mesmo relatório o referido professor observa a necessidade de ampliação do prédio. Assim se expressa:

Funcionando já em dois turnos, para satisfazer constantes pedidos de matricula no grupo [...] construam com urgência mais duas salas.

A lotação actual do edifício é para 240 alumnos e só na Escola Modelo a matricula é de 541, com frequência de 434 se juntarmos ainda 24, da Escola Normal e 17 do Curso Complementar [...] um total de 582 alumnos, freqüentando um edifício com lotação para 240 ou 480, com funcionamento em dois turnos. (MATO GROSSO, Relatório, 1931).

Salienta-se que em 1937, as três cidades líderes (Cuiabá, Campo Grande e Corumbá) acolhiam 36,0% do total de estabelecimentos de ensino primário existentes no estado, tanto públicos como particulares. Em 1939, este percentual elevou-se para 38,7%, com destaque para a participação de Campo Grande, que teve um crescimento de 48,6% no número total de estabelecimentos primários, entre estes anos, denotando o florescimento deste centro populacional como pólo aglutinador da região Sul do estado (BRITO, 2001, p. 89-90).

As matrículas no ensino público estadual, portanto, chegaram, a 65,1% do total de alunos do curso primário em 1939 e 66,1% em 1942,

por certo refletindo as dificuldades impostas pela crise econômica e posteriormente pela guerra mundial, à manutenção de discentes oriundos, principalmente das camadas médias, em escolas particulares. Este aumento do número de alunos matriculados, no entanto, não representou um maior investimento público na educação primária, já que as verbas destinadas ao ensino foram decrescentes nesse período, mas apenas uma maior utilização dos recursos humanos e materiais já instalados [...] (BRITO, 2001, p. 86-87).

O processo de urbanização⁷ do município de Campo Grande, no final dos anos de 1940⁸ e início dos anos de 1950, e em decorrência, a demanda por matrículas no Grupo Escolar Joaquim Murinho, levou o governo estadual, por meio

⁷ Nos anos de 1950, a população de Campo Grande, “atingiu um número de 57.033 habitantes, mais de dois habitantes por quilômetro quadrado, sendo 29.276 homens e 22.757 mulheres. Desse total, 16.275 pessoas eram analfabetas, sendo 7.381 homens e 8.894 mulheres” (BRASIL, 1958, p. 126).

⁸ Bittar (2009, p. 203) registra que “De fato, na década de 1940, segundo dados da época, a sua arrecadação tributária era superior a de Cuiabá, além de ser também a cidade mais populosa de Mato Grosso e, assim, ocupava a posição de centro político e econômico do sul de Mato Grosso”.

do Decreto, n. 534, de 4 de setembro de 1948, a desdobrar a classe do 1º ano masculino (MATO GROSSO, Decreto, 1948), assim como abrir, mais um turno de funcionamento em caráter excepcional, conforme mensagem abaixo.

A duração do período escolar dos Grupos Escolares e das Escolas Reunidas é de quatro anos, funcionando em dois turnos, o matutino e o vespertino, exceção feita ao Grupo Escolar Joaquim Murtinho, da cidade de Campo Grande, que devido ao grande número de alunos matriculados, superior à capacidade de suas instalações, vem funcionando três – dobrado, de acordo com horários especiais atendendo de modo excepcional às necessidades locais (MATO GROSSO, Mensagem, 1953).

Como se pode observar, as atividades didático-pedagógicas no Grupo Escolar Joaquim Murtinho ficaram comprometidas durante, principalmente, as primeiras décadas de seu funcionamento, em decorrência da falta de conservação de seu prédio; de materiais didáticos pouco diversificados e numericamente insuficientes e de professores sem formação adequada para trabalhar com o método intuitivo, preconizado pela legislação educacional do período.

Considerações Finais

Pelo exposto, pode-se dizer que as transformações ocorridas no Brasil com o advento da República foram provocando mudanças no setor educacional e alterando os rumos da escola pública primária e a educação tornou-se essencial diante do novo modelo de sociedade que se pretendia estabelecer.

O estado de Mato Grosso, apesar de não ter o mesmo nível de desenvolvimento econômico, por exemplo, dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, a criação dos grupos escolares fez parte da política educacional dos governos do período, incluída no processo de modernização do estado. Os administradores estaduais da educação pública, seguindo as políticas nacionais adotadas na área educacional, buscavam por meio da difusão da escola pública primária superar os problemas existentes no estado, de modo específico relacionados ao analfabetismo da população.

A instauração dos grupos escolares pela Reforma da Instrução Pública Primária de 1910 representou principalmente para crianças e jovens, um novo modelo de difusão dos conhecimentos, um projeto considerado moderno, na medida em que procurava garantir o ensino a uma maior parcela da população.

No sul do estado, no município de Campo Grande, o Grupo Escolar Joaquim Murtinho, implantado em 1922, representava o que era de mais avançado no

campo educacional. Apesar das dificuldades enfrentadas, principalmente, nas primeiras décadas de seu funcionamento, em função dos escassos investimentos por parte do governo do estado de Mato Grosso, pode-se afirmar a sua grande contribuição para a educação da população do sul do estado e de modo especial, de Campo Grande⁹.

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o processo de instauração dos grupos escolares, no âmbito da política educacional mato-grossense e verificar a organização didático-pedagógica, de modo específico no Grupo Escolar Joaquim Murtinho, localizado na cidade de Campo Grande, sul do antigo estado de Mato Grosso, nos anos de 1910 a 1950. A investigação baseou-se em fontes documentais constituídas por leis, regulamentos, relatórios de inspetores e diretores, assim como livros de atas e de portarias do referido grupo escolar. Verificou-se que os grupos escolares representaram um novo modelo de difusão de conhecimentos, principalmente a crianças e jovens, correspondendo ao que era de mais avançado à época no campo educacional.

Palavras-chave: política educacional; grupo escolar; organização didático-pedagógica.

Abstract: *The objective of this article is to analyze the process of the installation of group schooling, within the ambit of the Mato Grosso educational policy and to verify the didactical/pedagogical organization, specifically in the case of the Joaquim Murtinho School Group, located in the city of Campo Grande, situated in the south of the state of Mato Grosso, between 1910 and 1950. The investigation was based on documents: legal, regulations and reports of inspectors and directors sources, as well as on books of acts, and directives of the referred school group. It was verified that group schools represented a new model of diffusion of knowledge, principally among children and youth, corresponding to the most advanced of the era, of the epoch in the educational field.*

Keywords: *Educational policy; group schooling; didactic-pedagogical organization.*

Referências:

ALVES, Gilberto Luiz. *O Trabalho Didático na Escola Moderna: Formas Históricas*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. MARAGNO, Gogliardo Vieira. COSTA, Mário Sérgio Sobral. *Arquitetura em Campo Grande*. Campo Grande: Uniderp, 1999.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. *Edifícios escolares em Campo Grande no século XX*. 2008. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos>. Acesso em 15 de fevereiro de 2009.

BITTAR, Marisa. *Dos campos grandes à capital dos ipês*. Campo Grande: Alvorada, 2004.

⁹ Após promulgação da Lei 5.692 de 1971, o Grupo Escolar Joaquim Murtinho transformou-se em Escola de 1º e 2º Graus Joaquim Murtinho. Apesar de responsável pela educação de uma parcela da população campo-grandense, não teve a sua importância reconhecida, na medida em que o seu prédio foi demolido, na década de 1970, no governo de José Fragelli (1971-1974).

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, v. 1, 2009.

BITTAR, Marisa; FERREIRA Júnior, Amarílio. *De freguesia á capital: 100 anos de educação em Campo Grande*. In: *Campo Grande – 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz Editora, 1999. p. 195-236.

BRITO, Silvia Helena Andrade de. *Educação e sociedade na Fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2001.

JACOMELI, Mara Regina Martins (1998). *A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891 a 1927*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas ruas de Campo Grande: a grande avenida*. Campo Grande (MS): Prefeitura Municipal de Campo Grande, FUNCESP; Fundação Municipal de Cultura e Lazer, UBE-União Brasileira de Escritores (MS), 2000.

MARCILIO, Humberto. *História do Ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

NAGLE, J. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari; RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. *A escola normal no sul do estado de Mato Grosso (1930-1950)*. In: FERRO, Olga Maria dos Reis (org.). *Educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1796-2006): história, historiografia, instituições escolares e fontes*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. p. 99-127.

POUBEL e SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá. *De Criança a Aluno: As Representações da Escolarização da Infância em Mato Grosso (1910-1927)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2006.

REIS, Rosinete Maria; SÁ, Nicanor Palhares. *Palácios da Instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927)*. Cuiabá: Central de Texto: Ed. UFMT, v. 3, 2006.

ROSA, Maria da Glória Sá. *Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul – histórias de vida*. Campo Grande, MS: UFMS, 1990.

SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do 'longo século XX' brasileiro*. In: SAVIANI, Dermeval et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 11-57.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados. 2007.

SENA, Divino Marcos; BRITO, Sílvia Helena Andrade de. *A organização do trabalho didático na escola moderna. O caso do grupo escolar Luis de Albuquerque. (Corumbá/MT, 1924-1970)*, in: ALVES, G. L. (org.). *Pensamento e prática educacionais: entre clássicos, instituições escolares, educadores e o mercado*. Campo Grande: Ed. UNIDERP, 2007. p. 95-119.

SOUZA, Rosa Fátima. *Espaço da educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil*. In: Souza, Rosa Fátima et. al. *O legado educacional do século XIX*. Araraquara: UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, 1998. p. 19-62.

VALDEMARIN, Vera Teresa. *Método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado*. In: Souza, Rosa Fátima et. al. *O legado educacional do século XIX*. Araraquara: UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, 1998. p. 63-105.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino. In: SAVIANI, Dermeval et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 165-203.

VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

XAVIER, M. E. *Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)*. Campinas: Papirus, 1990.

Documentos:

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Planejada e orientada por Jurandyr Pires Ferreira. XXV volume. Rio de Janeiro, 1958.

GRUPO ESCOLAR JOAQUIM MURTINHO. *Livro de portarias da Escola Modelo da Escola Joaquim*. Campo Grande, 1923.

MATO GROSSO. *Regulamento da Instrução Pública Primária*. Cuiabá: Typographia Official, 1910a.

MATO GROSSO. Rolo nº 055 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. *Mensagem apresentada à Assembléia legislativa pelo Presidente do Estado de Mato Grosso Pedro Celestino Corrêa da Costa*, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária. Cuiabá, 13 de maio de 1910b.

MATO GROSSO. Rolo nº 055 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. *Mensagem apresentada à Assembléia legislativa pelo Presidente do Estado de Mato Grosso Pedro Celestino Corrêa da Costa*, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 8ª legislatura, Cuiabá, 13 de maio de 1911.

MATO GROSSO. *Relatório do movimento anual do Grupo Escolar de Campo Grande*, apresentado à Direção Geral da Instrução Pública. APMT, 1923.

MATO GROSSO. *Regulamento da Instrução Pública Primária*. Cuiabá: Typographia Official, 1927ª.

MATO GROSSO. Rolo nº 055 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. *Mensagem apresentada à Assembléia legislativa pelo Presidente do Estado de Mato Grosso Sr. Dr. Mário Corrêa da Costa*, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 14ª legislatura. Cuiabá 13 de maio de 1927b.

MATO GROSSO. Rolo nº 055 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. *Mensagem apresentada à Assembléia legislativa pelo Presidente do Estado de Mato Grosso Sr. Dr. Mário Corrêa da Costa*, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 15ª legislatura. Cuiabá, 13 de maio de 1928.

MATO GROSSO. Rolo nº 055, planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. *Mensagem do Presidente do Estado Sr. Dr. Mario Corrêa da Costa à Assembléia Legislativa*. Cuiabá, 13 de maio de 1929.

MATO GROSSO. *Relatório* apresentado ao Exm. Snr. Dr. Acimar Noronha Marchant, M.D. Secretário Geral do Estado, pelo professor Franklin Cassiano da Silva, Diretor Geral da Instrução Pública, em 29 de agosto de 1931.

MATO GROSSO. Governo do Estado. Decreto, n. 534. *Diário Oficial de Mato Grosso*. Cuiabá, 4 de setembro de 1948.

MATO GROSSO. Rolo nº 063 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. *Mensagem apresentada à Assembléia legislativa pelo Presidente do Estado de Mato Grosso Sr. Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa.* Cuiabá, de 1953.

MATO GROSSO. Governo do Estado. Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Educação. Projeto Levantamento e Arrolamento de Fontes. *Catálogo n. 1, Grupo Escolar e Escola Normal Joaquim Murinho.* Cuiabá, 1978.

Recebido em abril de 2010

Aprovado em junho de 2010